



# Observatório da Oposição

30 DE OUTUBRO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 26

## Reforma Tributária desfigurada

Sem nenhum empenho de  
Lula, Brasil está prestes a ter  
maior alíquota do mundo

**EVAIR**  
DE MELO

**EVAIR**  
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

**RM**

**SENADOR ROGÉRIO MARINHO**  
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL  
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221





# PRIORIDADES DA SEMANA

1

REFORMA TRIBUTÁRIA

2

ECONOMIA

3

INTERNACIONAL

4

POLÍTICA

DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

## SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

**EVAIR**  
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



# REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma desfigurada: sem nenhum empenho de Lula, Brasil está prestes a ter maior alíquota do mundo

**Teto de impostos fica no campo das intenções. Texto propõe fundo de R\$ 60 bi para compensar perdas dos Estados, mas não informa de onde sairá o dinheiro**

O relatório apresentado corrigiu algumas distorções, mas o novo texto trouxe inovações inesperadas que aumentaram o número de exceções e modificaram a estrutura e a lógica de alguns mecanismos da reforma. Abaixo, esta nota do Observatório da Oposição explora, por temas, os principais pontos da reforma, apontando as modificações e a visão sobre cada tópico.





## Regimes Especiais e Benefícios

Em termos gerais, o relatório não retirou as exceções, regimes especiais e benefícios na reforma. Na realidade, a base governista apresentou emendas para expandir o número de exceções, o que aumenta a alíquota geral dos setores não beneficiados, sem a devida discussão. Destaca-se que a redação do texto foi aprimorada, retirando-se trechos dúbios que constavam anteriormente.

O dispositivo de avaliação quinquenal dos benefícios, que é uma suposta ferramenta de redução das exceções, não parece ser contundente para garantir revisões efetivas. Haja visto outros comandos constitucionais no mesmo sentido e a já recorrente renovação da isenção de impostos sobre a folha de pagamentos há mais de uma década.

Abaixo, resumem-se algumas mudanças sobre o tema:

### Mudanças nas Exceções:

- Redução de 30% na alíquota para profissionais liberais - advogados, contadores, economistas, dentistas, médicos, arquitetos, engenheiros.
- Inclusão dos ICTs (inovação, ciência e tecnologia sem fins lucrativos) na redução de 100% da CBS;
- Inclusão de Produtos de higiene pessoal e de limpeza majoritariamente consumidos por famílias de baixa renda;
- Inclusão de comunicação institucional;
- Retirada de Insumos agropecuários e aquícolas;
- Inclusão de avaliação quinquenal dos benefícios.

### Regimes especiais:

- Combustíveis e Lubrificantes - as alíquotas serão nacionais e definidas por Resolução do Senado Federal;
- Inclusão de operações alcançadas por tratado ou convenção internacional, inclusive referentes a missões diplomáticas, repartições consulares e representações de organismos internacionais;
- Inclusão de serviços de saneamento e de concessão de rodovias;
- Inclusão de operações que envolvam a disponibilização da estrutura compartilhada dos serviços de telecomunicações;



- Inclusão de serviços de agência de viagem e turismo;
- Inclusão de transporte coletivo de passageiros rodoviários intermunicipal e interestadual, ferroviário, hidroviário e aéreo.
- Inclusão de garantia de que o transporte aéreo regional tenha regime tributário mais favorecido que o aéreo regular.

## Imposto Seletivo

O caráter meramente arrecadatário do imposto foi apenas reduzido com a necessidade de lei de conversão para a mudança de alíquotas. No entanto, a tributação sobre exportação de extração incluída no novo relatório é péssima prática competitiva. Além disso, o imposto seletivo de 1% sobre extração não parece fazer sentido. Apontamos isso pois, diferente do que apresentaram seus defensores, o imposto não funcionaria como “carbon tax”, mas ainda assim prejudicaria a cadeia produtiva e a competitividade.

Destacam-se os pontos principais nos tópicos abaixo:

- O imposto terá caráter extrafiscal. Isso foi reforçado no relatório.
- **Aprimoramento:** o imposto será regulamentado por lei complementar e terá suas alíquotas definidas por lei ordinária.
- Permite-se a cobrança do imposto seletivo também sobre extração, o que potencialmente envolve setores além da mineração. Essa cobrança independe da destinação do produto, alcançando, portanto, as exportações. Estipula-se teto de 1% para essa tributação.
- Permite-se a cobrança sobre armas e munições, exceto quando destinado para a administração pública.
- Não incidirá sobre energia elétrica e telecomunicações.
- O imposto não será mais utilizado para manter o caráter competitivo da Zona Franca de Manaus e das Áreas de Livre Comércio. Para esse fim, será criada uma CIDE para bens produzidos nessas áreas.

## Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR)

Atualmente, fala-se de um déficit primário em 2024 de -0,5% do PIB. Apesar de o Presidente da República afirmar que esse valor é “nada, praticamente nada”, o valor do FNDR em 2043 (R\$ 60 bilhões) é superior a esse déficit previsto. Não há contrapartida de receita, sobretudo porque os aumentos de receita recentes mal são capazes de cobrir os déficits atuais e manter o arcabouço fiscal proposto pelo governo. Nesse cenário, entende-se que o fundo é uma promessa impossível do ponto de vista fiscal.

- O FNDR inicia em R\$ 8 bilhões em 2029 e chegará a R\$ 60 bilhões em 2043, corrigidos pela inflação. É um grande impacto fiscal sem nenhuma contrapartida de recursos oferecida pelo Ministério da Fazenda.
- A divisão dos recursos será feita 70% pelos critérios do FPE (Fundo de Participação dos Estados) e 30% pela população dos estados.

## Comitê Gestor (ex-Conselho Federativo)

O Comitê Gestor é um aprimoramento significativo do texto vindo da Câmara. No entanto, o Comitê permanece com poderes expressivos tais como: partilhar receitas, devolver crédito para contribuinte, dirimir conflitos e arrecadar. Abaixo, resumem-se as principais alterações:

- Comitê Gestor (ex-Conselho Federativo) ainda com poderes expressivos, embora menores do que no texto da Câmara.
- Inclui a possibilidade de o Congresso Nacional convocar o Presidente do Comitê Gestor e solicitar informações, como já acontece com os Ministros;
- Retira a possibilidade de iniciativa de lei pelo Comitê;
- Inclui o controle externo pelos tribunais de contas dos Estados e Municípios;
- Deliberação – maioria absoluta mais representantes de Estados que correspondam a 50% da população mais maioria absoluta dos municípios;



- O Presidente do Comitê Gestor deverá ter notórios conhecimentos de administração tributária, e será nomeado após aprovada a indicação pela maioria absoluta do Senado Federal;
- Inclui obrigações acessórias nas atividades compartilhadas entre o Comitê Gestor e a Fazenda Nacional.

## Trava da Carga Tributária

Entende-se que a trava proposta se comporta tão somente como uma ferramenta de transparência - algo necessário - em vez de ser efetivamente uma trava na carga. Não há mecanismo que obrigue os Entes da Federação a diminuírem os impostos em caso de aumento de carga tributária, pois estes continuam com a autonomia de ajustarem suas alíquotas para cima mesmo nessa situação. Nesse sentido, é possível que a carga futura supere tanto a carga atual quanto a carga média proposta no relatório.



A oposição tem defendido a emenda nº 105, que recebeu 24 assinaturas e que permite uma trava efetiva na alíquota global dos IVAs (federal, estadual/municipal). A emenda garante que os governantes deverão promover corte de gastos, revisão de subsídios, revisão de exceções das alíquotas ou até mesmo aumento de impostos (que não sejam do IVA e sim entre os mais ricos) em vez de simplesmente cobrar mais imposto sobre bens e serviços. Isso porque o IVA possui ampla base de incidência, recaindo em boa medida sobre os mais pobres.

- Instituição do Teto de Referência, com base na média da receita no período de 2012 a 2021, apurada como proporção do PIB. Destaca-se que a média da carga 2012-2021 é 12,57% do PIB (Federal 4,82%), enquanto a média de 2022 é de 12,01% do PIB (Federal 3,93%)
- A alíquota de referência dos tributos será reduzida caso exceda o Teto de Referência.

## Fundos e contribuições estaduais

Considerando que as contribuições estaduais seguem o princípio da cobrança na origem, entende-se que elas devem se findar no mesmo prazo que o ICMS. Anteriormente, esse prazo superava o período, fazendo com que os regimes de origem e de destino tivessem de conviver por mais 10 anos. Nesse sentido, considera-se a mudança adequada.

- Até 31 de dezembro de 2032, ficam mantidos os fundos estaduais financiados por contribuições estabelecidas como condição à aplicação de diferimento, regime especial ou outro tratamento diferenciado, relacionados com o imposto de que trata o art. 155, II (ICMS), da Constituição Federal, em funcionamento em 30 de abril de 2023, observadas as regras e os limites fixados na legislação estadual nesta data.

## Cesta Básica

As cestas básicas podem ter impacto na alíquota geral caso muitos bens sejam incluídos nesses benefícios. A cesta estendida parece resgatar a funcionalidade do *cashback* - que foi desidratado no texto da Câmara - já que nem todos os produtos da cesta serão isentos.

- Mudanças na Cesta Básica: uma cesta básica totalmente isenta e outra cesta básica com alíquota reduzida.
- As cestas básicas devem considerar aspectos regionais, mas são definidas para todo o território nacional.



Reprodução



## Setor Automotivo

O benefício parece garantir os investimentos prometidos pela empresa BYD em Camaçari (BA). Esse trecho foi derubado na Câmara por 1 voto, mas retornou no relatório atual. Confira:

- Ficam prorrogados, até 31 de dezembro de 2032 e exclusivamente para as pessoas jurídicas já habilitadas, os benefícios estabelecidos pelo art. 11-C da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, e pelos arts. 1º a 4º da Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, para projetos aprovados até 31 de dezembro de 2024, vedada a majoração do benefício.
- Os benefícios serão reduzidos, a partir de 2029, em 20% ao ano até o final da transição do ICMS (2032).
- Nota-se que o benefício alcança apenas as empresas já habilitadas ou projetos que iniciem ou reabilitem a produção, como ocorre atualmente em Camaçari (BA).



Reprodução

## Quota Parte do IBS

O relatório retirou 5% da divisão pela população para uma divisão com base na preservação ambiental, seguindo a legislação estadual. Nesse sentido, entende-se que a mudança é adequada por permitir que os estados criem critérios próprios de divisão que sigam a realidade local. No entanto, alerta-se que o critério continua sendo majoritariamente populacional.

- A divisão do IBS dos estados com os municípios (25% da arrecadação estadual) passa a ser:
  - 80% (oitenta por cento) na proporção da população;
  - 10% (dez por cento), com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos, de acordo com o que dispuser lei estadual;

- 5% (cinco por cento), com base em indicadores de preservação ambiental, de acordo com o que dispuser lei estadual; e
- 5% (cinco por cento), em montantes iguais para todos os Municípios do Estado.

## Transição e Seguro-Receita

Nota-se que 5% do imposto será retido no Comitê Gestor para manter a arrecadação de “quem mais perde” entre 2029 até 2078. No entanto, a trava de carga tributária supostamente mantém a carga de 2012 para 2021, enquanto o seguro-receita é distribuído com base na receita média de 2024 a 2028. **São referências absolutamente distintas que podem gerar problemas futuros na distribuição de recursos e manutenção das receitas.**



Relembra-se que o relatório da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) alertou para o risco-acomodação, situação em que os entes não fariam esforço arrecadatório por terem as receitas excessivamente garantidas pelo texto. Entende-se que esse problema não foi resolvido no relatório da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Há também uma sobreposição do FNDR com o seguro-receita. Não se vê a necessidade de retenção tão elevada para os valores propostos no fundo.

Por fim, alerta-se para a abrupta mudança da origem para o destino na transição do ICMS. Com os parâmetros propostos pela CCJ, a redução de 10% ao ano pode ensejar um adiamento da transição.

A transição da origem para o destino continua abrupta. O relatório original da Câmara previa uma redução de 20% ao ano na tributação na origem entre 2029 e 2032. No texto aprovado na Câmara, no entanto, foi previsto uma diminuição de 10% a cada ano neste mesmo período, resultando em uma redução abrupta de 60% na origem em 2032 para 0% em 2033.



## Oposição alerta para mudanças

- Espera-se, com essas mudanças, que a alíquota geral ultrapasse os 27% apontados no estudo do Ministério da Fazenda. O que já seria o maior IVA do mundo poderá descolar da prática tributária mundial consideravelmente. Não há travas ou limites para futuras e novas exceções. A participação do governo tem sido nula nesse sentido.
- O texto teve um aumento expressivo de complexidade, o que aumentou a pressão na regulamentação via Leis Complementares.
- Com isso, diversas leis terão de tramitar rapidamente no Congresso, com o objetivo de regulamentar pontos sensíveis e de difícil consenso.
- O número de exceções aumentou, com a omissão do governo de apontar quais setores não deveriam ter benefícios.
- O imposto seletivo teve sua regulamentação aprimorada, mas a adição desse imposto sobre extração mesmo nas exportações contraria até mesmo as promessas de desoneração total das exportações feitas desde o início da reforma. Entende-se que o Imposto Seletivo pode ser suprimido ou passar por maiores restrições em termos de avaliação de impacto regulatório e prévia consulta pública antes de instituí-lo.

- A preocupação fiscal da reforma se tornou ainda mais relevante. O FNDR não possui fonte de recursos. Contar com o crescimento do PIB para esse financiamento é uma reedição de uma política de crescimento por gastos públicos que já se mostrou fracassada no país.

- Por fim, o Comitê Gestor é um aprimoramento importante, mas ainda não é totalmente um algoritmo, como tem defendido a oposição nesse debate.



**EVAIR** | DEPUTADO FEDERAL  
DE MELO | VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

## Posicionamentos Economistas e Tributaristas - Reforma Tributária

“

O sistema atual é absolutamente disfuncional. É uma pena o Brasil perder a oportunidade de fazer uma reforma mais eficaz.”

**Marcos Lisboa, economista**



“

Há um risco enorme de dar besteira. Cada discussão, no bojo dos futuros projetos de lei complementar, vai ensejar a abertura de mais e mais trincheiras. As intermináveis negociações só poderão redundar, prevejo, numa conformação pior do que a atual.”

**Felipe Salto, economista**



“

[Sobre os regimes específicos] Aumentou a complexidade. Piorou o nível de eficiência econômica do tributo.”

**Vanessa Canado, advogada tributária**



“

Reforma Tributária ficou pior. O Brasil só não perde oportunidade para aumentar a mediocridade.”

**Marcos Cintra, economista**



**EVAIR** | DEPUTADO FEDERAL  
DE MELO | VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

“

Depois do sucesso do “ovo”, colocaram tbm “sucos naturais” no texto da reforma tributária. Não sei se é o objetivo, mas aos poucos a gente vai montando um cardápio de café da manhã na Constituição.”

**Maria Carolina Gontijo (Duquesa de Tax),  
advogada tributarista**



“

[Parecer] só prova que o Brasil é um país de privilégios.”

**Máilson da Nóbrega, economista**

“

O que a gente está imaginando é que a reforma deve politicamente ser aprovada, mas vai ter muita negociação, vai ter muito ruído. Talvez a reforma não saia de uma maneira tão boa quanto se imaginava. Acho que a mensagem principal é essa.”

**Roberto Padovani, economista**



“

Criar um gasto é uma solução ruim para qualquer problema. Pior é fazer isso sem indicar uma fonte de receita para bancar a despesa. Um agravante é dizer que isso será resolvido com o crescimento da economia nos próximos anos. Essa justificativa já foi usada muitas vezes e não deu certo. Sabemos que aumentos de gastos públicos sem responsabilidade terminam em crises graves, como a de 2015-16.”

**Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco Central**





## ECONOMIA

# Lula desmoraliza Haddad, que já admite descumprir metas do arcabouço fiscal

**Quadro preocupante das contas públicas havia sido antecipado pelo Observatório da Oposição**

- O Presidente Lula [admitiu que a meta fiscal zero dificilmente seria cumprida](#) em 2024, como já antecipado nos relatórios do Observatório da Oposição.
- O anúncio, no entanto, pegou a equipe econômica do governo de surpresa. Até então, defendia-se abertamente a meta zero prometida no novo arcabouço fiscal.



- Na prática, a [fala atacou a autoridade do Ministro da Fazenda](#) enquanto se tenta articular uma agenda arrecadatória no Congresso Nacional.
- Após o ocorrido, o Ministro Haddad, [em coletiva](#), não se comprometeu com a meta zero. [As perguntas sobre o assunto irritaram o Ministro](#), que prometeu apenas combater o déficit com medidas arrecadatórias.
- Isso significa o descumprimento da banda inferior do arcabouço fiscal e, com isso, os gatilhos decorrentes da regra. O próximo ano já verá contingenciamentos. Em 2025, o crescimento das despesas será afetado.
- No entanto, a situação poderia ser ainda pior caso o governo decidisse mudar a regra fiscal para acomodar um déficit maior sem descumprir a regra fiscal.
- Sobre isso, o economista [Felipe Salto afirmou](#): “Mudar a meta agora seria *caixão e vela preta*”. Isso porque a mudança da regra, além dos impactos macroeconômicos, tiraria toda a credibilidade da regra fiscal e do governo.
- Nota-se que apenas o anúncio do presidente [levou a uma queda de 1,11%](#) na bolsa de valores. Essa instabilidade vem em um momento de incerteza externa, com aumento de juros americanos, guerras no Oriente Médio e na Ucrânia, e desaceleração econômica da China.
- Além disso, um déficit de 0,5% do PIB não é “nada, praticamente nada” como o Presidente da República coloca. Esse valor é aproximadamente a arrecadação do Imposto sobre Bens Industrializados (IPI), que abastece parte do Fundo de Participação dos Municípios, por exemplo.
- Mesmo nesse cenário, o governo pretende manter um ciclo de elevação de gastos seguido de aumento de receitas, elevando a carga tributária brasileira.



## INTERNACIONAL

### Dirigente nacional do PT defende fim de Israel

#### Ministro de Lula compara Hamas a Mandela

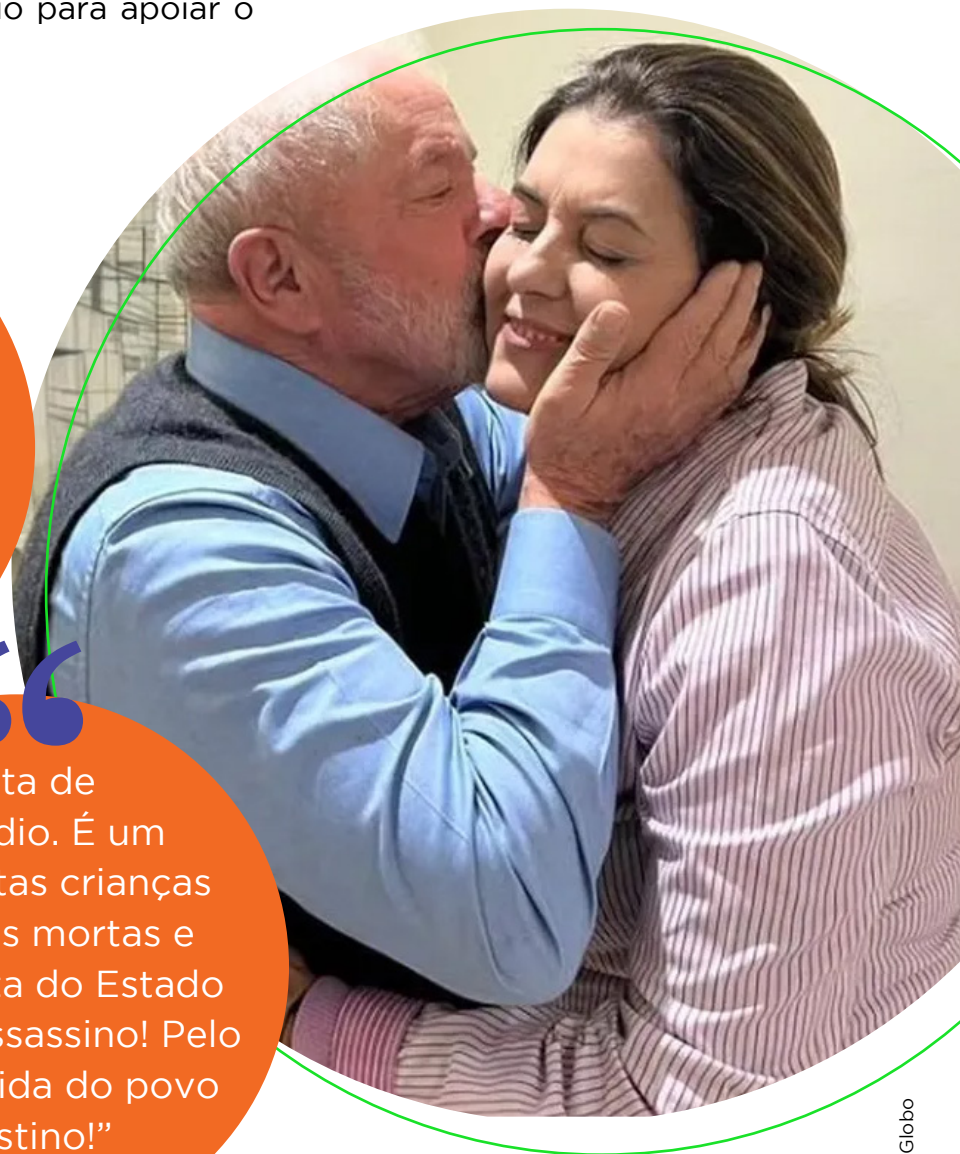
Entre os dias 8 e 22 de outubro, a secretária Nacional de Finanças e Planejamento do PT e conselheira de Itaipu, Gleide Andrade de Oliveira, usou palavras de ódio para apoiar o grupo terrorista Hamas:



O Estado de Israel é uma vergonha para a humanidade, quem mata criança não merece respeito, não merece ser um Estado.”



Basta de genocídio. É um crime tantas crianças palestinas mortas e órfãs! Basta do Estado de Israel, assassino! Pelo direito à vida do povo palestino!”



O Globo



O texto foi apagado após o jornal *A Folha de S. Paulo* publicar sobre as postagens da petista. No dia 24 de outubro, Gleide se retratou dizendo que “diante da repercussão de opiniões pessoais sobre o conflito entre Israel e o Hamas que externei em redes sociais, venho me desculpar com a comunidade israelista, que merece respeito e solidariedade pelo ataque inaceitável do último dia 7”. Gleide disse que sua mensagem foi em defesa da vida.

“Eu defendo vidas, vidas de crianças e mulheres civis. Não sei o que você sente quando vê aquelas crianças sendo bombardeadas, mas eu sou mãe, sou cristã e sou uma defensora incansável do direito à vida.”

Opiniões do mesmo teor que as de Gleide Andrade levaram à demissão do jornalista Hélio Doyle da presidência da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), e do assessor parlamentar Sayid Marcos Tenório, militante do ao PC do B que estava lotado na Câmara dos Deputados. Doyle chamou de “idiota” quem defende os israelenses, enquanto Tenório zombou de uma mulher que teria sido vítima do grupo terrorista.

A Confederação Israelita do Brasil (Conib) afirmou, em nota, que a manifestação a respeito de Israel de Gleide Andrade foi antissemita e não deve ter lugar no Brasil, “não se pode tolerar esse tipo de discurso, ainda mais vindo de uma pessoa em tão alta posição oficial”.

O ministro Paulo Pimenta, em uma entrevista ao programa “Roda Viva”, da *TV Cultura*, quando foi perguntado sobre o prefácio de um livro publicado no Brasil em março de 2023, escrito pelo assessor especial da Presidência, Celso Amorim, em que sugere que o Hamas poderia desempenhar um “papel central” na “restauração dos direitos palestinos”, afirmou que o grupo terrorista Hamas terá um futuro de acordo com o que o povo palestino decidir como deve ser, mas sinalizou que pode ser também “uma liderança para a reconstrução da democracia no território”.

“Causa espanto também não haver em sua fala menção alguma ao pior ataque contra os judeus desde o Holocausto, executado pelo grupo terrorista Hamas, que resultou na morte de 1.400 pessoas, estupros em massa de mulheres indefesas, morte de dezenas de crianças e bebês, e o sequestro de mais de 200 pessoas, de mais de 20 nacionalidades”, diz Confederação Israelita do Brasil, em nota.

“

Já vivemos situações no mundo em que o IRA (Exército Republicano Irlandês) era considerado terrorista e hoje faz parte do governo do Reino Unido. Já vivemos situações em que o Nelson Mandela ficou 27 anos na cadeia acusado de terrorismo e se tornou uma das maiores lideranças, um dos maiores estadistas do século 20.”

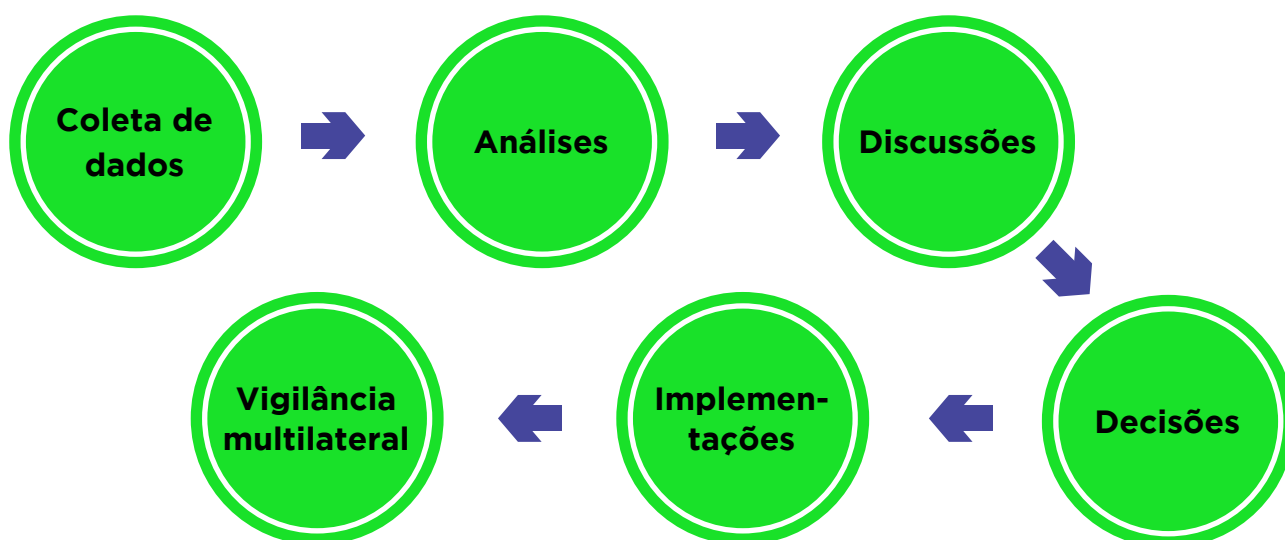
Seria mesmo pertinente comparar o Hamas ao Nelson Mandela? Não há relatos de que Nelson Mandela tenha decapitado bebês ou estuprado mulheres indefesas.

**EVAIR** | DEPUTADO FEDERAL  
DE MELO | VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



## Recuo no combate à corrupção põe em risco a entrada do Brasil na OCDE

- A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é formada por países-membros que se dedicam a promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social. Ela se empenha em promover padrões internacionais que permeiam questões econômicas, financeiras, sociais e ambientais. A OCDE possui mais de 300 entidades, entre Comitês, Grupos de Trabalho e Grupos de Peritos;
- Segundo a OCDE, sua maneira de trabalhar ocorre da seguinte forma:





- A relação de parceria entre o Brasil e a OCDE iniciou-se com a entrada do Brasil em um comitê dessa organização, o Comitê do Aço, em 1996, passando então a participar das reuniões.
- Em 2012, o Brasil foi convidado a participar do Programa de Engajamento Ampliado, mas foi só em 2015 que foi assinado o Acordo de Cooperação, representando o fortalecimento do engajamento político do país com a OCDE.
- Em maio de 2017, o país apresentou seu pedido de adesão à organização a fim de tornar-se membro pleno. A adesão do à OCDE representa maior credibilidade ao país, bem como o fortalecimento da organização como outras economias importantes e uma maior oportunidade para que o Brasil consiga sua agenda de reformas.
- O relatório final **traz críticas e expressa preocupação sobre a impunidade nos casos de corrupção transnacional no país que permanecem sem resolução final ou são anulados pela justiça.** O documento destaca o fato de que nenhum indivíduo chegou a receber a condenação definitiva por suborno transnacional no Brasil e que o primeiro caso desse tipo continua em andamento na Justiça há quase 10 anos. O texto ainda cita que, dos nove envolvidos, oito já foram absolvidos por prescrição do crime.
- **A decisão do ministro Dias Toffoli, do STF, que anulou todas as provas do acordo de leniência da Odebrecht, foi mencionada diversas vezes no documento** e encabeça a lista de assuntos que estarão sob o monitoramento do WGB e sobre os quais o Brasil terá que reportar daqui a dois anos.

Um relatório publicado no dia 19 de outubro cita ausência de condenações definitivas para indivíduos e decisão judicial que anulou provas oriundas do acordo da Odebrecht. O documento foi aprovado em reunião plenária do WBG (Grupo de Trabalho Antissuborno da OCDE) após a delegação brasileira ser sabatinada sobre os resultados da avaliação, na sede da OCDE em Paris.

- Além do seu impacto sobre a segurança jurídica dos acordos de leniência no Brasil, o WGB expressa preocupação sobre as consequências da decisão sobre a capacidade de investigadores brasileiros seguirem cooperando internacionalmente (uma das obrigações dos países signatários da Convenção). Isso porque Dias Toffoli tratou como se fossem ilegais as tratativas diretas e contatos informais entre procuradores brasileiros e autoridades estrangeiras, quando são legais.
- Esse relatório pode dificultar o ingresso do Brasil na OCDE, adesão que poderia trazer grandes benefícios ao país e era uma das prioridades do último governo.

# Quanto custará ao Brasil a irresponsável aventura de Lula para interferir nas eleições da Argentina?

**Petista articulou empréstimo de US\$ 1 bilhão ao país vizinho e mandou marqueteiros do PT reforçarem a campanha de Sergio Massa à presidência**

- O atual ministro da Economia da Argentina, Sergio Massa, venceu o primeiro turno das eleições presidenciais e irá disputar a segunda volta com o economista Javier Milei. O candidato peronista surpreendeu com 36,68% dos votos, seguido de Milei, com 29,98%. Massa conseguiu subir 15 pontos percentuais em relação às primárias, enquanto Milei permaneceu estável. O resultado surpreendeu os analistas: como seria possível uma virada tão abrupta?
- No dia 29 de agosto, jornais da Argentina trouxeram relatos de uma conversa entre o presidente Lula e o ministro Sérgio Massa, no Palácio do Planalto. Lula disse ao ministro, de acordo com o candidato, que enviaria pessoas de sua equipe à Argentina, com o objetivo de ajudá-lo na campanha “para parar a direita”. Quem contou aos repórteres o diálogo foi o próprio Massa.





- “Um gênio, Lula. Ele prometeu que nos ajudaria a vencer Milei”, disse o ministro da Economia argentino a seus companheiros, durante voo a Buenos Aires, segundo reportagem publicada no jornal *La Nación*, em 29 de agosto, assinada por Jaime Rosemberg. “Como isso ajudaria a se materializar? Participantes do encontro, no qual foram discutindo ‘80 por cento de política e 20 de economia’ (...), confirmaram que Lula ofereceu a Massa ‘nosso povo’ em matéria de comunicação ‘para evitar que a direita ganhe e voltemos quarenta anos’, em óbvia referência ao candidato libertário Javier Milei”, trouxe o jornal.
- Ao citar como foi sua campanha ano passado com o ex-presidente Jair Bolsonaro, candidato à reeleição, Lula afirmou: “Milei é um louco, pior que o Bolsonaro”. O presidente observou, ainda, que era preciso usar todos os esforços para a vitória de Massa. “É preciso vencê-lo para que o Mercosul continue”, disse o petista, de acordo com o *La Nación*.
- Segundo o *Estadão*, a campanha de Sergio Massa ganhou reforços de marqueteiros e estrategistas brasileiros que lideraram a campanha do PT nos últimos anos. Eles desembarcaram em Buenos Aires após as primárias, em agosto, para atuar na reação ao avanço do opositorista Javier Milei. Eles chegaram a conversar com o baiano Sidônio Palmeira, que liderou a campanha de Lula contra Jair Bolsonaro e criou a marca e o slogan do governo federal, União e Reconstrução. O partido nega ter feito indicações ou intermediado a contratação dos publicitários no exterior. A pergunta que permeia é: “Quem financiaria essa empreitada”?
- Um dos gestos mais fortes em favor da candidatura de Massa ocorreu em julho, quando a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, votou favoravelmente ao empréstimo de US\$1 bilhão à Argentina na CAF (Corporação Andina de Fomento), o Banco de Desenvolvimento da América Latina. Segundo ela, não houve interferência do presidente Lula e tratou-se de “um processo comum”. A ministra justificou o voto pelo fato da Argentina ser “o 3º parceiro comercial do Brasil” e por ajudar a garantir emprego para o povo brasileiro” com vendas e exportações.



- Não obstante a negativa de Tebet, o Estadão publicou reportagem afirmando que Lula atuou para liberar empréstimo e interferir na eleição da Argentina. A informação foi revelada pela colunista do Estadão, Vera Rosa.
- A Argentina precisava desse empréstimo para que o Fundo Monetário Internacional pudesse liberar um desembolso de US\$7,5 bilhões. Lula agiu para que os países-membros do CAF aprovassem a transferência de US\$1 bilhão diretamente para o FMI, em nome da Argentina.
- O Palácio do Planalto entrou em contato com Tebet - a ligação partiu do gabinete do ex-chanceler Celso Amorim, e foi preciso telefonar várias vezes na tentativa de localizá-la. A ministra estava fora de Brasília e só depois retornou. Tudo isso ocorreu às vésperas da visita do ministro argentino, Sergio Massa, ao país.
- Jornalistas argentinos disseram que a ajuda de assessores de Lula foi ‘fundamental’ para Massa. O C5N é o canal de notícias mais visto da Argentina. Em um programa de domingo, a bancada disse que Lula está “obcecado” com o país e que, junto de outros líderes de esquerda, está “fazendo o impossível para ajudar positivamente”.



Você tem que ganhar as eleições. Pare de contar dólares e vá ganhar as eleições”, teria dito o presidente Lula.

# 4 POLÍTICA

## Em meio a investigações, governo Lula esvazia o CADE

- Ricardo Blattes, um vereador licenciado do PT, foi nomeado para um cargo-chave no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), gerando preocupações sobre possível interferência política no órgão antitruste.
- A estreita relação de Blattes com o ministro Paulo Pimenta, da Secretaria de Comunicação da Presidência, levanta questões sobre sua nomeação e sua rápida ascensão no Cade.





- Blattes carece de experiência em áreas como Direito Empresarial, Direito do Consumidor ou Direito Civil, que são necessárias para os cargos que ocupou no governo no último ano.
- Sua nomeação marca uma quebra com a tradição de nomeações no Cade, que normalmente envolvem propostas dos próprios membros e aprovação do Presidente da República.
- Além disso, preocupa a demonstração de interesse do PT em casos ativos no Cade, incluindo o PAC Favelas e a revisão do Termo de Compromisso de Cessação (TCC) de 2019, estabelecido entre a Petrobras e o Cade.

## PAC das Favelas e a Revisão do Acordo de vendas das refinarias da Petrobras podem ser o motivo

- O governo designou Ricardo Blattes, um vereador de Santa Maria - RS, licenciado do PT, para ocupar o cargo de diretor de Administração e Planejamento do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).
- O nome indicado mantém uma aliança estreita com Paulo Pimenta, ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, que já o havia indicado para ocupar outros cargos no governo anteriormente. Isso suscita preocupações quanto a uma possível intervenção mais direta por parte do Planalto no funcionamento do Cade.

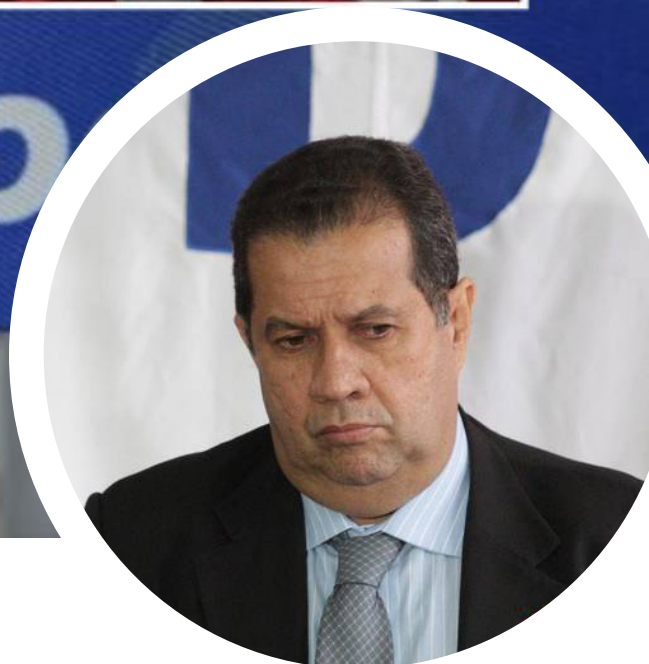




- [Com a intercessão de Paulo Pimenta](#), Ricardo ocupou por um breve período, entre fevereiro e julho de 2023, o cargo de diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, na Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon/MJ), e atuou como presidente do Conselho Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD).
- No entanto, a rápida ascensão de Ricardo Blattes parece não ser totalmente [respaldada por seu currículo](#), que inclui um mestrado em Criminologia, Política Criminal e Segurança, bacharelados em Ciências Contábeis e Ciências Jurídicas pela Universidade de Santa Maria. Vale ressaltar que não há qualquer menção a experiência em áreas como Direito Empresarial, Direito do Consumidor ou Direito Civil, requeridas pelos dois últimos cargos que ocupou.
- Particularmente, a nomeação de Ricardo Blattes para um cargo relevante no Cade surpreendeu os membros do conselho da entidade, pois houve um rompimento com a tradição nas indicações do governo.
- Em geral, as nomeações para cargos de destaque no Cade são propostas por seus membros e, em seguida, ratificadas pelo Presidente da República, que oficializa as indicações.
- No entanto, de acordo com conselheiros [ouvidos pelo jornal “Estadão”](#), neste caso, a presidência efetuou a nomeação sem prévia consulta à entidade, o que foi visto como uma violação da autonomia necessária ao bom funcionamento do Cade.
- A indicação chega em um momento crítico em que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) enfrenta um sério risco de paralisia devido à falta de quórum, com quatro das sete vagas vazias a partir de novembro.
- De acordo com [§ 1º do art. 9º da lei nº 12.529/2011](#), as decisões do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica serão tomadas por maioria, com a presença mínima de 4 (quatro) membros, sendo o quorum de deliberação mínimo de 3 (três) membros. Logo, o tribunal entrará em afasia a partir do próximo mês.
- O fato de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não ter encaminhado novas nomeações para aprovação pelo Senado intensificou as preocupações de membros do Cade, que interpretam o movimento do governo como um sinal de possíveis manipulações e ingerências políticas na entidade.

## Pontos de atenção

- O Partido dos Trabalhadores (PT) possui uma série de interesses relacionados a julgamentos em atividades no Cade, em especial, destacam-se o julgamento do PAC Favelas e revisão do Termo de Compromisso de Cessação (TCC), firmado em 2019.
- No caso do “PAC Favelas”, trata-se de um processo sob análise do Cade devido à investigação de possíveis condutas anticompetitivas no contexto do “PAC Favelas”, com base em Acordos de Leniência firmados com empreiteiras e indivíduos envolvidos no caso.
- Entre as empresas associadas aos projetos de urbanização nas comunidades do Complexo do Alemão, Manguinhos e Rocinha, estão a Andrade Gutierrez, a Construtora OAS, a Construtora Queiroz Galvão e a Odebrecht, que foram implicadas na Operação Lava Jato.
- Trata-se de um assunto delicado para o Partido dos Trabalhadores, considerando que poderia envolver figuras proeminentes da agremiação.
- No caso do [Termo de Compromisso de Cessação \(TCC\)](#) entre a Petrobras e o Cade, a estratégia original previa a venda de oito refinarias da Petrobras, mantendo apenas as unidades no Rio de Janeiro e São Paulo.
- Havia o objetivo de reduzir a dominância da Petrobras no setor de refino, em conformidade com as políticas dos governos Temer e Bolsonaro, que buscavam estimular os investimentos privados e aumentar a concorrência no setor de petróleo e gás.
- Entretanto, sob a nova liderança de Jean Paul Prates, indicado por Lula, a Petrobras decidiu suspender os planos de desinvestimento de refinarias e, inclusive, aventou a possibilidade de a Petrobras [readquirir os ativos já comercializados](#).
- Lembramos que o plano original de desinvestimento envolvia oito refinarias, no entanto, apenas as unidades de Mataripe (anteriormente, Rlam), a Unidade de Industrialização do Xisto (SIX) e Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor) foram efetivamente vendidas.



**EVAIR** DE MELO | DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

## Governo Lula subestima fila do INSS e defende anistia que pode beneficiar o próprio partido

### PT deve R\$ 22 milhões à Previdência

Carlos Lupi, ministro da Previdência Social, esteve no Senado Federal no último dia 24 para falar das ações relacionadas à Pasta, atendendo a requerimento do Senador Humberto Costa (PT-PE).

Em pouco mais de uma hora, quase toda voltada a falar de ações para redução da fila de espera do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o Ministro do governo Lula prometeu chegar a 90% dos pedidos ao INSS analisados dentro do prazo de 45 dias, como prevê a legislação. Afirmando já estar em cerca de 60%. No entanto, o que ele não falou aos senadores e senadoras presentes é que os dados apresentados, com base no Portal da Transparência Previdenciária lançado em agosto pelo governo, estão subestimados.

[Segundo especialista ouvidos pela Folha](#), o lançamento do portal criado para dar transparência à fila de espera do INSS mostra apenas o que o governo quer mostrar. Com a “nova” metodologia, **o governo sumiu com 223 mil pessoas da fila de espera do INSS.**

Segundo a presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário – IBDP, o portal traz números apenas de processos ligados a benefícios por incapacidade temporária, ignorando outras modalidades que também dependem de perícia, como assistência permanente a pessoas com deficiência ou aposentadoria por invalidez.

Dados que o Boletim Estatístico da Previdência Social – Beps, divulgado pelo próprio Ministério, traz consolidado desde 1996.

Chegou ao ponto de afirmar que havia uma política de desgoverno na Previdência, fazendo alusão a pretensa extinção da Dataprev. Porém, o que foi aventado à época foi sua privatização ou sua fusão ao Serpro, outra empresa pública da área de tecnologia, visando melhor eficiência e dinamicidade de seus processos.

O ministro também atribuiu a fila de espera da Previdência aos militares que foram lotados no Ministério no governo Bolsonaro, afirmando terem sido 2 mil militares terceirizados lotados no INSS no intuito de descobrir fraude e que o resultado foi a não descoberta dessas, mas a criação da fila.

Quando questionado sobre o processo em curso de prorrogação da desoneração da folha, disse ser favorável por ser apenas uma questão de números, ignorando os impactos que tal medida poderá acarretar no Orçamento da Seguridade Social.

Em sua visão simplista da situação, a desoneração da folha simplifica o processo, podendo ocasionar uma maior arrecadação. Acreditando na máxima que a simplificação gera maior emprego e, conseqüentemente, maior arrecadação, esquece-se, porém, que a previdência vem ao longo dos anos se mostrando deficitária. Para ele, também, é uma questão de metodologia. Que despesas consideradas assistenciais não deveriam compor as despesas da previdência.



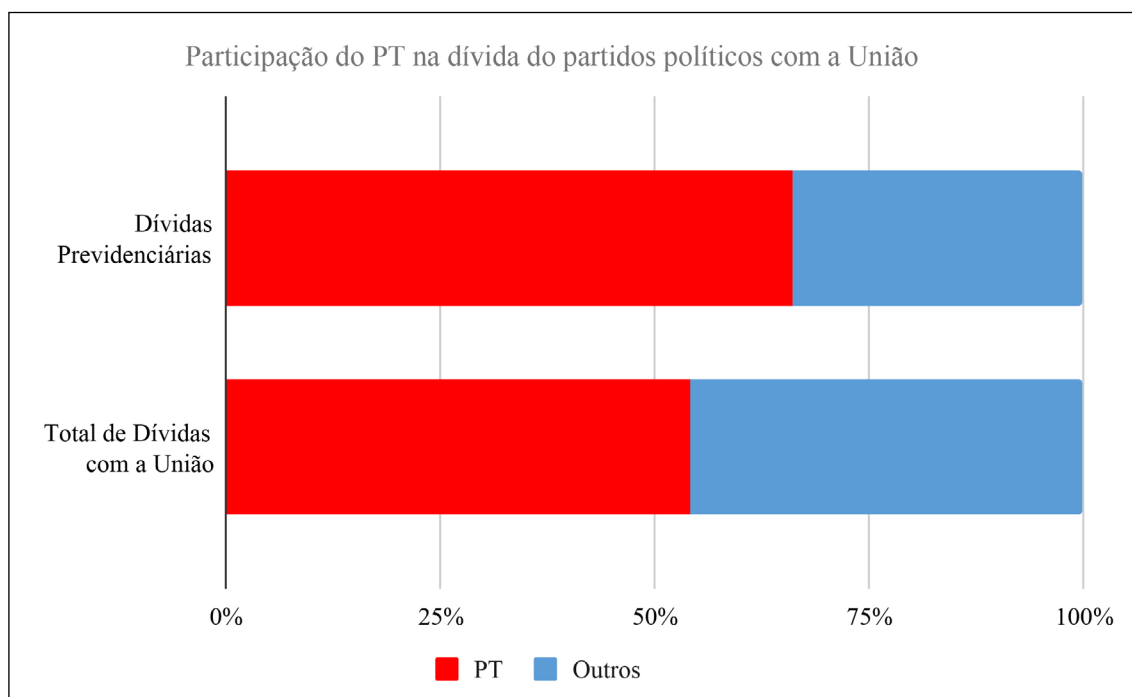


Se por um lado assume o volume de sonegação, que em suas palavras chega a ser “monstruoso”, por outro propõe, de certo modo, anistia aos devedores, ao buscar apenas soluções para o futuro.

Segundo dados consolidados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), dos vinte (20) partidos políticos com representação no Congresso Nacional, somente o Partido dos Trabalhadores – PT detém cerca de 65% da dívida tributário-previdenciária, inscrita até outubro de 2023. Dos R\$34.121.456,31 inscritos em dívida ativa pela PGFN, R\$22.384.053,13 são relativos a débitos de natureza previdenciária do PT. São dívidas dos diretórios estaduais e municipais relacionadas ao INSS e demais benefícios aos trabalhadores.

*“São dezenas de milhares de empresas que deveram (sic.) e não pagaram a previdência. Não pagam. Simplesmente não pagam. Como é que você vai fazer? Entra na justiça, falem, mudam o número, mudam a inscrição. Vamos falar a verdade. E aí o que vamos fazer? Vai prender? Não é a solução. A solução é você encontrar um método mais eficiente, que significa mais gente contribuindo menos um pouquinho. Mas mais gente contribuindo. No total, acaba sendo mais vantajoso para todo mundo.” (ministro da Previdência, Carlos Lupi)*

**Tabela I - Participação do PT na dívida dos partidos políticos com a União.**



Fonte: PGFN. Dados consolidados até 26/10/2023. <https://www.listadevedores.pgfn.gov.br/>

Se não bastassem os dados subestimados utilizados em sua narrativa, a tentativa de impor ao governo Bolsonaro a responsabilidade pela fila de espera do INSS, ignorando por completo o contexto de pandemia mundial enfrentada de 2019 a 2022; e o déficit da previdência, questionado sobre a possibilidade de revogação da reforma da previdência, aprovada pelo Congresso Nacional, o ministro do Lula afirmou que o Conselho Nacional da Previdência Social vai começar a analisar esse assunto. A título de exemplo, assumiu a posição contrária a limitação da pensão por morte ter sido fixada em 60%.

**EVAIR** | DEPUTADO FEDERAL  
DE MELO | VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO